

São Paulo antecipa meta de alfabetização prevista na BNCC

As escolas estaduais paulistas já cumprem a meta de alfabetização estabelecida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento finalizado neste mês pelo Ministério da Educação (MEC) e entregue ao Conselho Nacional de Educação para aprovação.

Base Nacional Comum Curricular estabelece direitos, conhecimentos, objetivos e competências de aprendizagem da educação, em todo território nacional; MEC finalizou documento neste mês

Referência obrigatória para a elaboração dos currículos escolares, a BNCC antecipa em um ano, em relação ao Plano Nacional de Educação, a meta de idade para a alfabetização nas escolas de todo o País: dos 8 para os 7 anos de idade. Desse modo, caso seja aprovada e entre em vigor, obrigará as escolas a adaptar seu currículo para concluir o processo de letramento até o final do segundo ano do ensino fundamental.

De acordo com a Secretaria Estadual da Educação, como a orientação vigora na rede paulista desde 2013, o material utilizado na alfabetização – o Programa Ler e Escrever e os métodos de ensino e aprendizagem – já está dirigido a esse objetivo. “A concepção de



Educação SP – Hoje, 84% dos alunos estão alfabetizados no final do segundo ano

alfabetização adotada em São Paulo é a que aparece na BNCC. Hoje, alcançamos índice de 84% dos alunos completamente alfabetizados ao final do segundo ano”, afirma a diretora do ensino fundamental dos anos iniciais (1º ao 5º ano) da secretaria, Sônia Jorge.

Ampliação – Segundo ela, a pasta da Educação trabalha, inclusive, com nova meta, que pretende antecipar a conclusão do letramento para o final do primeiro ano do ensino fundamental. Para isso, está em processo o trabalho de adaptação do material do Ler e Escrever e da educação matemática, para o qual foram selecionados professores-coordenadores de 25 Diretorias

de Ensino do Estado. “O objetivo é que essa nova meta entre em vigor a partir de 2018”, informa Sônia.

A educadora explica que a proposta surgiu a partir da observação de que as crianças ingressam, atualmente, com muito mais saberes no primeiro ano e têm condições de chegar à base alfabética nessa etapa. “No segundo ano, nossa intenção é ampliar as competências leitora e escritora, além da alfabetização matemática, para que os alunos cheguem aos anos finais do fundamental I com essas habilidades mais desenvolvidas”, frisa.

Análise – A BNCC estabelece os direitos, os conhecimentos, as competências

e os objetivos de aprendizagem para todas as crianças e adolescentes brasileiros, desde a educação infantil até o ensino médio. Ela está prevista na Constituição Brasileira, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

Como documento normativo, será referência obrigatória para a elaboração dos currículos nos Estados, nos municípios, na rede federal e nas escolas particulares. Sobre a totalidade dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos pela BNCC para os alunos da educação básica, Sônia esclarece que ainda está em fase de análise na secretaria, por causa de sua complexidade. “Em breve, poderemos divulgar a avaliação dos demais aspectos”, avisa.

De maneira geral, salienta a diretora, no que diz respeito ao material didático utilizado em São Paulo, não haverá muitas adaptações a serem feitas. “Uma das poucas alterações que identificamos como necessária é em relação ao conteúdo de alfabetização matemática: precisamos dar ênfase maior ao pensamento algébrico”, destaca. Sônia diz ainda que a equipe da pasta da Educação considera a possibilidade de que o documento tenha de passar por mais uma atualização antes de sua aprovação.

A diretora informou que a educação estadual participou ativamente da construção da BNCC, encaminhando sugestões ao MEC por meio de relatório realizado em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), e que foi fruto de discussões realizadas em vários encontros de profissionais da área.

Simone de Marco
Imprensa Oficial – Conteúdo Editorial

Etec de Americana inova com carteira digital de vacinação

Com pedido de patente encaminhado em fevereiro para o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), um programa de computador desenvolvido na Escola Técnica Estadual (Etec) Polivalente, de Americana, promete transformar o registro de imunização da população e a gestão dos postos municipais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Batizada de Vitae – Carteira de Vacinação Digital, a ferramenta foi o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos estudantes Gustavo Benato e Raissa Faccioli, formados em junho do ano passado em informática.

Ainda inédito, o Vitae é dividido em dois módulos. O primeiro, gerencial, para ser usado nos terminais do posto de saúde com a finalidade de eliminar processos analógicos, como o preenchimento de formulários em papel, e permitir o controle de prontuários de pacientes e de estoque de materiais, entre outras funções.

A segunda parte consiste em um aplicativo para celular para enviar alertas e convocações aos usuários, substituir a carteira de vacinação e agendar as idas das pessoas ao posto, fazendo a distribuição do fluxo de atendimento.

Otimização – O trabalho foi orientado pela professora Gislaire Araújo e



Gustavo e Raissa – Ideia é lançar o Vitae tão logo obtenham a patente e consigam sócios

coorientado pelo professor Oscar Meira Júnior. Amigos, Raissa e Gustavo ingressaram na Etec de Americana no primeiro semestre de 2015. No ano passado, ambos passaram no vestibular em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

“O conceito do Vitae é preservar o histórico do paciente com relação às vacinas

obrigatórias do calendário do SUS, além de alertar o cidadão, automaticamente, sobre suas próximas idas ao posto municipal onde é vinculado”, explica Gustavo.

Ele informa que a tecnologia empregada no programa da Etec Polivalente é mais segura e barata do que a utilizada atualmente nos postos e permite, a qual-

quer tempo, a recuperação dos dados, dispensa anotações manuais e pode ser utilizada em outras unidades de atendimento, como, por exemplo, hemocentros e clínicas particulares de vacinação.

Patente – Os estudantes ainda mantêm contato com seus ex-docentes da instituição vinculada ao Centro Paula Souza. Trata-se, segundo eles, de apoio fundamental para processar os ajustes no Vitae. Gustavo agora estuda em Limeira, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e Raissa, em Hortolândia, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Eles pretendem lançar o Vitae tão logo obtenham a patente definitiva, prevista para até o final do ano, além de conseguir sócios para possibilitar a abertura do negócio. No mês de março, a dupla conquistou o 4º lugar na categoria Ciências Exatas da 15ª Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace), realizada na capital, em uma tenda montada no estacionamento da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP).

Rogério Mascia Silveira
Imprensa Oficial – Conteúdo Editorial